Alerta

Alterações nas regras de atualização monetária e juros do Código Civil

As partes continuam livres para especificar o índice de atualização monetária e os juros nos contratos, observados os limites legais

02/07/2024

Nesta segunda (1.7), foi publicada a Lei nº 14.905/24, que estabelece importantes alterações no Código Civil, especialmente no que diz respeito às normas gerais de atualização monetária e juros em caso de inadimplemento.

As partes continuam livres para especificar o índice de atualização monetária e os juros nos contratos, observados os limites legais.

Caso não haja previsão contratual ou legal específica:

(i) o cálculo da correção monetária tomará como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou do índice que vier a substituí-lo (artigo 389 do Código Civil); e

(ii) os juros legais corresponderão à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), deduzido o índice de atualização monetária (i.e., IPCA ou outro índice convencionado entre as partes ou fixado em lei específica). Caso o resultado de tal subtração seja negativo, a taxa legal será considerada igual a zero para efeito de cálculo dos juros legais no período de referência (artigo 406 do Código Civil).

Para facilitar a consulta, o artigo 4º da Lei nº 14.905/24 determina que o Banco Central do Brasil (Bacen) disponibilize uma aplicação interativa, de acesso público, que permita simular o uso da taxa de juros legal mencionada acima.

A Lei nº 14.905/24 também limita a previsão de que os juros não poderão exceder a taxa legal mencionada acima, indicando expressamente que o Decreto nº 22.626 (Lei de Usura) não será aplicável a determinadas obrigações realizadas fora do Sistema Financeiro Nacional, conforme adiantado em Alerta referente aos impactos da Lei nº 14.905/24 no mercado brasileiro de pagamentos ([clique aqui](#)).

Destaque-se que a Lei nº 14.905/24 não altera a Lei nº 4.595/64, que define, entre outras disposições, as atividades privativas das instituições financeiras.

As principais disposições da Lei nº 14.905/24 entrarão em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias, mas já está em vigor a regra de que a metodologia de cálculo da taxa legal e sua forma de aplicação serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional e divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

O tema da taxa de juros legal já é intensamente debatido no Superior Tribunal de Justiça (STJ - REsp nº 1.795.982/SP). Com a promulgação da nova lei, é provável que surjam outras discussões, entre as quais, por exemplo, acerca da aplicabilidade de suas disposições aos contratos firmados anteriormente e às hipóteses de responsabilização (contratual e extracontratual) nos litígios em curso.

Além disso, o IPCA é usualmente divulgado na segunda semana do mês seguinte à inflação transcorrida. Isso gera um lapso relevante para apuração do saldo. Essa e outras questões precisarão ser refinadas o quanto antes para haver segurança jurídica.

Ficamos à disposição para auxiliar na análise das diversas questões decorrentes desta alteração legislativa.